

Conclusões do

III SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE MUSICOLOGIA

Preservação e acesso à memória musical latino-americana

Curitiba, Brasil, 21 a 24 de janeiro de 1999

Fundação Cultural de Curitiba

CONCLUSÕES do III Simpósio Latino-Americano de Musicologia. III SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE MUSICOLOGIA, Curitiba, 21-24 jan.1999. *Anais*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2000. p.11-18.

1. O desenvolvimento da musicologia e a difusão de seus resultados e benefícios dependem da organização, catalogação e disponibilização de quaisquer tipos de fontes primárias (manuscritos, impressos, registros sonoros, registros de imagens, instrumentos, objetos etc.), pertencentes a acervos públicos, eclesiásticos e privados, mas principalmente de políticas não restritivas de acesso a tais fontes, incluindo a disponibilização de fac-símiles, independentemente dos estudos já realizados sobre os mesmos.
2. O pesquisador deve respeitar a integridade dos acervos, contribuir para sua preservação e valorizar o acesso dos demais interessados, mesmo aos acervos com os quais trabalha ou trabalhou, visando à democratização da pesquisa, à pluralidade de abordagens dos objetos de estudo e à expansão das investigações musicológicas.
3. É fundamental uma postura ética e humanística dos pesquisadores em relação aos acervos musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc., sejam eles públicos, eclesiásticos ou privados, procurando também retribuir à comunidade que os conservou, pelo acesso que teve às fontes primárias.
4. É garantido aos pesquisadores o direito de acesso direto à informação contida nos acervos públicos de qualquer espécie (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.), em consonância com os objetivos do Conselho Internacional de Arquivos (9-11 jun. 1948),¹ mas também de acordo com a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (10 dez. 1948)² e com a legislação específica de cada país.
5. É garantido aos pesquisadores o direito de acesso direto à informação contida nos acervos eclesiásticos de qualquer espécie (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.), de acordo com a Epístola Encíclica *Pacem*

¹ *Estatutos do Conselho Internacional de Arquivos* (9-11 jun. 1948), artigo 2 (Objetivos Gerais), inciso d: “Facilitar a interpretação e uso de documentos arquivísticos, tornando o seu conteúdo mais amplamente conhecido e promovendo maior facilidade de acesso aos arquivos”.

² *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (10 dez. 1948), artigo 19: “*Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão*”. [grifo nosso]

in *Terris* (11 abr. 1963) de João XXIII³ e com a Carta Circular *A função pastoral dos arquivos eclesiais* (2 fev. 1997), emitida pela Pontifícia Comissão Para os Bens Culturais da Igreja.⁴

6. É necessária, para o desenvolvimento da musicologia e para a difusão de seus resultados e benefícios, uma política de sensibilização dos proprietários de acervos privados de qualquer espécie (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.) quanto à necessidade e à importância de sua abertura aos pesquisadores e da divulgação de seu conteúdo em apresentações, registros sonoros, publicações e mídia, devido ao seu significado enquanto parte da história coletiva e ao seu caráter público de patrimônio cultural.

7. É fundamental que as instituições públicas, eclesiais e privadas, que têm como função a guarda e a preservação de acervos permanentes de qualquer espécie (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.), correspondam às necessidades e às expectativas dos pesquisadores e de toda a comunidade em relação à segurança, preservação e acesso aos materiais depositados, do que dependem a credibilidade e a função social de tais instituições.

8. É fundamental investir na formação da opinião pública, através da conscientização e mobilização da comunidade em relação à importância de preservação da memória musical, para que ela possa reclamar, junto às autoridades constituídas, políticas eficazes em relação à criação, manutenção e continuidade das instituições comprometidas com o patrimônio musical.

9. É importante a criação de novos centros regionais de documentação, pesquisa e informação musical, encarregados da preservação do patrimônio musical latino-americano de todos os períodos, conforme recomendações da *Acta General de Acuerdos y Proposiciones del I^{er} Grupo Regional de Estudio de la Musicología Historica en America Latina* (Lima, Peru, 6 a 11 de setembro de 1982) e sugestões do *I Simpósio Latino-Americano de Musicologia* (Curitiba, Brasil, 21-24 de janeiro de 1997).

10. É fundamental que os manuscritos musicais, registros sonoros e imagens de qualquer período, depositados em acervos públicos, eclesiais e privados, sejam tratados como documentos permanentes, pela sua unicidade e pelo valor histórico que

³ PAPA JOÃO XXIII. Encíclica *Pacem in Terris* (11 abr. 1963): “Todo ser humano tem direito [...] à liberdade na busca da verdade [...] as exigências da moral e do bem comum sejam salvaguardadas. O ser humano tem, igualmente, direito a uma informação objetiva”.

⁴ PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. Carta Circular *A função pastoral dos arquivos eclesiais* (Vaticano, 2 fev. 1997), item 4.3 (Destinação universal do patrimônio arquivístico): “Os arquivos, enquanto bens culturais, são oferecidos antes de mais ao usufruto da comunidade que os produziu, mas com o passar do tempo assumem uma destinação universal, tornando-se patrimônio da humanidade inteira. Com efeito, o material depositado não pode ser impedido àqueles que podem tirar proveito dele, a fim de conhecer a história do povo cristão, as suas vicissitudes religiosas, civis, culturais e sociais. / Os responsáveis devem fazer com que o usufruto dos arquivos eclesiais possa ser facilitado não só aos interessados que a ele têm direito, mas também ao mais amplo círculo de estudiosos, sem preconceitos ideológicos e religiosos, como se dá na melhor tradição eclesial, salvaguardando as oportunas normas de tutela, dadas pelo direito universal e pelas normas do Bispo diocesano. Tais perspectivas de abertura desinteressada, de acolhimento benévolo e de serviço competente devem ser tomadas em alta consideração, a fim de que a memória histórica da Igreja seja oferecida à coletividade inteira”. [grifo nosso]

têm, referenciados com precisão e sujeitos à normatização técnica e à legislação arquivística específica.

11. É importante a caracterização e a padronização terminológica dos elementos e materiais musicais com os quais se depara o pesquisador. Nesse sentido, é importante também observar a distinção entre fundo arquivístico e coleção, para que se possa determinar conscientemente os procedimentos mais adequados a cada caso, de acordo com as normas arquivísticas internacionais e com as necessidades e especificidades de cada acervo e de cada região.

12. É importante reconhecer as singularidades de cada acervo, para que o tratamento da informação e a confecção de instrumentos de trabalho, como guias, catálogos, inventários etc., observe seus aspectos particulares, considerando, porém, critérios e normas científicas, de maneira a não gerar sistemas casuísticos de catalogação.

13. As condições precárias de preservação e organização de grande parte dos acervos de manuscritos musicais latino-americanos evidenciam a importância de se incluir, na pesquisa musicológica, também o trabalho de natureza documental, como a organização e a catalogação.

14. É necessário discutir a utilização de formatos de intercâmbio de informação entre os acervos (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.), tendo em vista a necessidade de compatibilização com os sistemas internacionais de informação e a necessidade de observância dos critérios e possibilidades pertinentes à realidade latino-americana.

Curitiba - Brasil, 24 de janeiro de 1999.

Signatários

ALBERTO DANTAS FILHO (Universidade Federal do Maranhão - São Luís, Brasil)

ÁLVARO CARLINI (Faculdade Santa Marcelina - São Paulo, Brasil)

ANDRÉ GUERRA COTTA (Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade - Itabira, Brasil)

AURELIO TELLO (Centro Nacional de Investigación, Documentación e Información Musical - CENIDIM - México, DF)

ELISABETH SERAPHIM PROSSER (Escola de Música e Belas Artes do PR - Curitiba, Brasil)

FERNANDO LEWIS DE MATTOS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, Brasil)

LENITA NOGUEIRA (Centro de Documentação em Música de Campinas / UNICAMP - Campinas, Brasil)

LEONARDO WAISMAN (CONICET Córdoba / Universidad Complutense de Madrid)

LUCIANE CARDASSI (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, Brasil)

MARIA ELISA PASQUALINI (Discoteca Oneyda Alvarenga - São Paulo, Brasil)

MIGUEL ANGEL BAQUEDANO (Facultad de Bellas Artes de la Universidad Nacional de La Plata, Argentina)

MÍRIAM ESCUDERO (Oficina del Historiador - Havana, Cuba)

MÓNICA VERMES (Faculdade Mozarteum - São Paulo, SP)

PAULO CASTAGNA (Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista, UNESP - São Paulo, Brasil)

VANDA FREIRE (Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Brasil)

VÍCTOR RONDÓN (Universidad de Chile - Santiago)

WALDEMAR AXÉL-ROLDÁN (Instituto Nacional de Musicologia “Carlos Vega” - Buenos Aires, Argentina)

WALTER GUIDO (Fundación CEDIAM / Universidad Central de Venezuela - Caracas)

WILLIAM SUMMERS (Dartmouth College - Hanover, USA)